

Os 6,5 bilhões de dólares estão garantidos

A certeza é de Ernane Galvães, ministro da Fazenda, e do comitê coordenador da renegociação da nossa dívida externa.



A obtenção dos US\$ 6,5 bilhões de recursos novos para o próximo ano é "um fato consumado". Essa afirmação foi feita ontem pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvães, segundo quem, até o começo da tarde de ontem, os bancos credores do Brasil já tinham-se comprometido formalmente a conceder US\$ 4,55 bilhões — ou seja, 70% do total solicitado (veja matéria abaixo).

Para conseguir a aprovação do FMI ao seu programa de ajuste econômico, o País precisa conseguir um comprometimento de algo entre US\$ 2 e 5,8 bilhões. Atingida essa soma, comentou ontem o presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, o FMI aprovará o acordo no próximo dia 18, o que permitirá ao Brasil iniciar a utilização da linha de crédito de importação de US\$ 1,5 bilhão aberta pelo Eximbank dos EUA. Um outro ponto fundamental para obter-se o aval do FMI, segundo Colin, é assegurar a liberação de mais US\$ 1 bilhão de créditos comerciais por outros organismos oficiais dos países industrializados.

"As negociações estão praticamente concluídas", enfatizou o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, assinalando que "já estamos trabalhando na forma legal dos contratos". Ele acredita, também, que até o final do ano os bancos anteciparão US\$ 3 bilhões, para que o Brasil possa fechar o balanço de pagamentos com um déficit de US\$ 7,7 bilhões.

O ministro da Fazenda frisou que agora só falta a adesão de mais alguns bancos, fato que se vem processando mais rapidamente, e que já houve o comprometimento formal de todos os grandes bancos. Agora, para fechar o pacote financeiro para 1984, falta apenas a reunião de diretoria do FMI, marcada para o próximo dia 18, e a do Clube de Paris, que será realizada nos dias 22 e 23, na capital francesa.

"A situação externa, depois disso, estará praticamente equacionada", disse o ministro da Fazenda. Por sua vez, o chefe da Assessoria Internacional da Fazenda, Tarciro Marciano da Rocha, admitiu ontem que o Brasil poderá conseguir melhores prazos também junto ao Clube de Paris.

Viagens

O ministro do Planejamento, Delfim Neto, segue esta noite para os Estados Unidos, onde manterá, na segunda-feira, em Washington, contato com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional — FMI — Jacques de Larosière, com quem abordará a questão do "estouro" das metas de inflação e de déficit público nominal, acertadas na terceira carta de intenção. Delfim negociará a aprovação do programa brasileiro pelo board da instituição, no próximo dia 18, a despeito do descumprimento das metas, mediante o compromisso da solicitação posterior de um waiver (perdão) a pretexto de que a explosão inflacionária e o consequente acréscimo do déficit público resultaram de fatores fora do controle do governo.

Juntamente com o ministro do Planejamento viajará também o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, que tem também sua atribuição: a de convencer o staff do Fundo Monetário de que as decisões que o governo acaba de adotar, no sentido de conter mais ainda as despesas das empresas estatais, reformulando seus orçamentos; reduzir os gastos governamentais, inclusive dos Estados; e manter a liquidez sob estrito controle, convergirão para um declínio da taxa inflacionária, com resultados concretos a partir de janeiro do próximo ano.

Segundo o compromisso firmado no âmbito da terceira carta de intenções, a inflação anualizada de 1983 deveria atingir 152%, com taxa média mensal no último trimestre em torno de 5%. A taxa anualizada ficará, na verdade, na faixa dos 210 a 215%, na dependência do que ocorrer em novembro e dezembro, e a taxa média mensal do último trimestre não deverá ser inferior a 9%, segundo as projeções mais otimistas.

Os assessores do ministro do Planejamento acreditam que ele permanecerá no exílio Washington-Nova York durante toda a semana, retornando ao Brasil apenas na noite de sexta-feira, dia 18, após conhecida a decisão do board do FMI a respeito do programa de ajustamento que o Brasil propôs à instituição.

Recuperação

Ontem, em entrevista à TV Globo, o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore negou qualquer aperto adicional na política monetária, neste final de ano; anunciou leve queda no volume de compromissos externos em atraso; assegurou o fim da centralização cambial em dezembro e previu "uma faixa de crescimento econômico visível" para 1985.

Até meados do próximo ano, diante do quadro inflacionário e das restrições externas, o presidente do Banco Central disse que o País vai viver, "infelizmente, numa fase de aprofundamento recessivo muito nítido, com queda contínua da produção industrial". Embora 1984 deva repetir a taxa de crescimento zero do Produto Interno Bruto (PIB), Pastore observou que, "em algum ponto do próximo ano", as taxas de queda do PIB sofrerão redução para, depois, equilibrar o produto industrial.

Para evitar o agravamento do "curso recessivo já muito nítido", Pastore afirmou que não está em consideração maior aperto creditício e que o Banco Central considera satisfatória a manutenção da taxa de expansão anual da base monetária — emissão primária de moeda — em 90%. Com a queda da inflação e dos juros, ressaltou que, "eventualmente, mas para o fim de 1984, o produto industrial começará a crescer, relativamente ao fundo do poço".

Amanhã, em Nova York, o presidente do Banco Central e o comitê de assessoramento da fase 2 da renegociação da dívida externa começam a avaliar o volume de adesões formalizadas até ontem ao empréstimo de US\$ 6,5 bilhões. Além disso, Pastore também espera ter a garantia dos US\$ 10 bilhões de créditos comerciais e mais US\$ 6 bilhões de linhas interbancárias.

A partir daí, Pastore acha que o País terá "uma situação de caixa confortável para executar o programa de 1984". Segundo ele, o acúmulo de superávits na balança comercial já permitiu uma leve retração no volume de compromissos em atraso. Com a liberação das parcelas retidas de US\$ 1,72 bilhão do jumbo assinado em fevereiro último com os bancos privados e mais US\$ 1,22 bilhão do FMI, além do ingresso antecipado de US\$ 3 bilhões do novo empréstimo bancário, o presidente do Banco Central garantiu que o alívio da situação das contas externas permitirá a eliminação dos compromissos em atraso e também o fim da centralização cambial.

Situação aguda

Após ressaltar que a atual fase de negociações com os credores dará apenas o fôlego necessário para a solução dos problemas de caixa deste ano e do próximo, o presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, observou que o governo brasileiro ainda enfrentará "uma situação aguda" nos anos seguintes, com compromissos maiores, o que exigirá também "muito entendimento". Em razão dos compromissos crescentes, afirmou que a fase 3 da renegociação deverá abranger os juros, o que desagrada mais aos bancos norte-americanos do que aos europeus.

Na opinião de Colin, o Brasil deve insistir na ampliação dos recursos envolvidos nas negociações com o Clube de Paris e outras fontes oficiais para reduzir a dependência junto aos bancos privados no giro da dívida externa, no que qualificou de mudança no perfil dos credores.

Dentro da atual fase de negociação dos compromissos mais imediatos, o Banco do Brasil concentrou em Nova York todos os gerentes de suas 62 dependências no Exterior para, segundo Colin, "bater a praça", em busca de maior adesão possível ao jumbo de US\$ 6,5 bilhões. O presidente do Banco do Brasil reafirmou a confiança de que o País obterá o mínimo de adesão de US\$ 5,2 bilhões exigidos pelo FMI.

Para alcançar os restantes US\$ 1,3 bilhão, Colin disse que o governo brasileiro avançará nos contatos com os pequenos e médios bancos credores, com o objetivo de trabalhar todas as frentes. Depois da esperada adesão dos grandes bancos internacionais, observou que será mais fácil "dissipar as dúvidas dos demais" e obter a contratação dos 20% complementares do jumbo até o início de 1984.